

Instabilidade político-militar, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Moçambique: uma agenda de pesquisa

Albino José Eusébio

Universidade Federal do Pará (BRA)

Sônia Barbosa Magalhães

Universidade Federal do Pará (BRA)

Introdução

O ano de 2013¹ entrou para história – ou melhor, para o lado obscuro da história de Moçambique – como o ano em que a tensão política evidente no

¹Foi neste ano concretamente no dia 22 de outubro de 2013 que a Renamo anunciou o rompimento com o Acordo Geral de Paz, numa suposta retaliação ao ataque das Forças

campo do discurso transforma-se numa “tensão político-militar” envolvendo o governo de Moçambique (liderado pelo partido *Frelimo*) e o partido *Renamo* – dois protagonistas da guerra civil que teve seu “fim” no ano de 1992 com a assinatura do Acordo geral de Paz (AGP), em Roma. Ou seja, duas décadas depois do fim guerra civil, Moçambique encontra-se atualmente mergulhado numa autêntica violência armada: a região central de Moçambique – concretamente as províncias de Sofala, Manica e abarcando atualmente a província de Tete – é o principal palco das ações que vem se alastrando até os dias de hoje. No ano de 2014, as partes interessadas no conflito chegaram a um acordo de “cessação das hostilidades” – ratificado no Centro de Conferência Joaquim Chissano, na cidade de Maputo, capital do país, região sul de Moçambique – pelo então presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, e pelo presidente do partido *Renamo*, Afonso Dhlakama – acordo este fruto do diálogo que vinha ocorrendo entre ambos. Pode-se dizer que o acordo, com base nos episódios posteriores, não foi em si suficiente para garantir o retorno à paz, à estabilidade política e a uma lógica democrática de relação social.

Nosso objetivo, no presente trabalho, é fazer uma reflexão sobre os efeitos sociais que a instabilidade político-militar tem na vida cotidiana de moçambicanos, lançando – para um futuro trabalho etnográfico – alguns questionamentos. Outro interesse é lançar um olhar crítico sobre certos discursos dominantes na “arena pública” moçambicana que reduzem (propositadamente ou não) os efeitos socioeconômicos da tensão político-militar a “afugentamento dos investimentos” e, conseqüentemente, a inviabilização do “desenvolvimento” do país²; invisibilizando nesse discurso (propositadamente ou não), por exemplo, os cotidianos efeitos

Armadas de Moçambique à base militar do partido em Santungira (Ver: Jornal Opaís, 22. 10.2013).

²Esse discurso mais economicista dos efeitos sociais dos conflitos militar em Moçambique, não pode ser visto de forma distante da lógica desenvolvimentista que vem sendo adoptada nos últimos 10 anos em Moçambique que tem nos investimentos externos no campo da indústria extrativa, com destaque para grandes projetos de mineração, como uns dos setores dinamizadores.

socioeconômicos para os “cidadãos comuns”, especialmente aqueles que vivem nas áreas rurais – principais zonas de conflito. Seria mais leve – parafraseando Ergimino Pedro Mucale, filósofo moçambicano (2013) – uma mó sobre a nossa cabeça do que o peso de consciência que o silêncio sobre essa “invisibilização” nos criaria.

A nossa discussão é composta por três tópicos. No primeiro, lançamos um olhar sobre alguns elementos que nos ajudam a pensar – com base nas análises de alguns cientistas sociais moçambicanos – como, depois de 21 anos de paz e uma lógica democrática de relação e organização social, Moçambique encontra-se mergulhado numa autêntica guerra civil. No segundo e terceiro tópicos, focamo-nos no objetivo central da nossa análise: a reflexão sobre os efeitos sociais da tensão político-militar em Moçambique na vida cotidiana, destacando aspetos como a incerteza e o medo, bem como os deslocamentos compulsórios das populações locais.

Depois de 21 anos de paz e uma lógica democrática de relação e organização social, Moçambique retorna à guerra civil

Sempre foi evidente a fragilidade do Acordo de Maputo³ como instrumento de retorno à paz, à estabilidade política e a uma lógica democrática de relação social. Desde que foi celebrado (com todos os “holofotes”) como um instrumento que colocaria fim a aproximadamente dois anos de ações militares – que afogaram 21 anos de suposta paz – diversos episódios e provocações foram registrados e permanecem até hoje. Provoações estas que tiveram eco no ano de 2015 com diversos episódios, como o cancelamento do diálogo que vinha decorrendo entre as partes protagonistas no Centro de Conferência Joaquim Chissano, o ataque à comitiva do presidente da *Renamo* na província de Manica e o alvejamento do Secretário-geral da *Renamo*, na cidade da Beira, província de Sofala – ambos episódios imputados pela

³Pode-se dizer que o acordo de Maputo era mais um “armistício” para a garantia da realização das eleições de 2015 do que uma garantia de retorno à paz e à estabilidade política.

Renamo às Forças de Defesa e Segurança –, o assassinato (pelos homens da *Renamo*) do chefe de povoação da localidade de Muzuankungune, posto administrativo de Vunduzi, distrito de Gorongosa, província de Sofala⁴; dentre outras ações como saques a viaturas, assaltos e assassinato das populações nas vias públicas perpetrados pelos homens da *Renamo* – perigosíssimas ações que colocam o ambiente já hostil entre as partes numa situação extrema, enraizando o sentimento generalizado de insegurança, incerteza e a construção/reprodução do “imaginário do medo” (EUSÉBIO; MENDONÇA, 2015) que vem caracterizando o cotidiano dos moçambicanos.

Cientistas sociais moçambicanos têm se debruçado sobre a questão: como, depois de duas décadas de paz e uma lógica democrática de organização e relação social, Moçambique se encontra mergulhado numa autêntica guerra civil? O cientista político moçambicano Luís de Brito encontra a resposta no Acordo Geral de Paz, concretamente na insuficiência que este teve de, por si só, assegurar as condições de uma real transição democrática e inclusão social e política. Segundo Brito (2014), a tensão político-militar testemunha a falta de adequação das instituições políticas existentes na garantia de uma gestão pacífica das diferenças e dos conflitos inerentes a qualquer sociedade e seus atores políticos, ou seja: a incapacidade dos protagonistas construir consensualmente as regras de convivência democrática. Isso significa que, apesar de o Acordo Geral de Paz e o processo de transição política subsequente terem introduzido elementos de democratização na sociedade moçambicana (tais como cessação das hostilidades, a desmobilização dos combatentes e a formação de um exército composto por elementos provenientes das duas forças protagonistas), a *Renamo* e a *Frelimo* não foram em si suficientes para garantir um progresso significativo na construção democrática do país” (*Idem*, p. 24). A *Frelimo* continua sendo um partido-Estado, reflexo da era socialista; e a *Renamo*, um movimento armado.

⁴Jornal Verdade, 21.01.2016.

Aliás, o autor relembra que a promulgação, pelo partido no poder, da Constituição de 1990 (que introduz o multipartidarismo) foi mais por pressão internacional e não por uma verdadeira mudança no seu pensamento político. Nesse contexto, prevalece no país um cenário em que o partido no poder continua dando prioridade à garantia da sua hegemonia pelo controlo do Estado e à exclusão dos demais partidos e setores da sociedade moçambicana e, ainda, em que a *Renamo* encontra no conflito militar uma forma de inclusão no sistema de partilha de oportunidades e recursos (*Idem*). A paz em Moçambique é, para Luís de Brito (2014), um desafio de democracia e inclusão. O caminho da reconciliação efetiva “é, pois, um engajamento comum na construção de instituições que podem fazer avançar a democracia no país, da inclusão política, social e econômica, assim como a promoção de igualdades de oportunidades para todos” (*Idem*, p. 39).

Na mesma lógica de raciocínio e ratificando o pensamento do cientista político Luís de Brito, o cientista político moçambicano Salvador Forquilha reforça a ideia de que a tensão-político militar que se vive atualmente é reflexo de uma transição política inacabada rumo ao pluralismo político e à construção de uma lógica democrática de relação e organização social e política, pelo menos, ao nível dos principais atores políticos, na medida em que a *Renamo* continua sendo um movimento armado e a *Frelimo*, um Partido-Estado – reflexo da era socialista em que o Estado era constitucionalmente subordinado aos interesses do partido e que a *Frelimo* se constituía como único representante legítimo dos povo moçambicano (FORQUILHA, 2014). Ou seja: apesar de o Acordo Geral de Paz ter permitido, ao longo dessas duas décadas, a criação de novas instituições, bem como a realização de eleições multipartidárias, dentre outros feitos, a *Frelimo* e a *Renamo* ainda não conseguiram, na visão de Forquilha (2014), fazer uma transição “do movimento de guerrilha e partido-estado, respetivamente, para partidos cujo funcionamento esteja em linha com as regras do jogo democrático” (*Idem*, p. 62).

É possível perceber o invisível limite entre o Estado e o partido no poder (em que o Estado confunde-se com o próprio partido) em vários exemplos: na permanência de células do partido no poder nas instituições públicas, sem que as outras representações partidárias tenham o mesmo privilégio – situação intensificada no governo do ex-presidente, Armando Emílio Guebuza – e nos discursos belicistas ante e pós-eleições da *Renamo*, só para citar algumas situações. Esse limite invisível evidencia, ainda, o caráter inacabado da transição política que se opõe, de acordo com Forquilha (2014), à ideia que paira na arena internacional sobre Moçambique como sendo uma “história de sucesso” (grifos do próprio autor) em termos de transição política.

Aliás, tal como afirma esse cientista político, o discurso de história de sucesso precisa ser “confrontado com a realidade e desconstruído, com vistas a captar as dinâmicas sociopolíticas do contexto que nos permitem interrogar e compreender os fatores explicativos dos avanços e recuos do processo de construção democrática como um todo” (*Idem*, p. 78). Num contexto de construção democrática e do pluralismo político, a subordinação do Estado ao partido político no poder enfraquece os mecanismos institucionais de inclusão social e política. Esse fato combinado com o caráter militarizado da *Renamo* – um caráter que é incompatível com uma lógica democrática de relação e organização social e política – reforça o potencial de violência política, desafiando o próprio processo de construção da paz e estabilidade (*Idem*, p.79).

Não tão longe da perspectiva do olhar dos cientistas políticos Luís de Brito e Salvador Forquilha, o sociólogo moçambicano Elísio Macamo encontra no conceito de cidadania – no processo de construção da cidadania em Moçambique, que se diga também inacabado – elementos que nos ajudam a compreender a tensão político-militar que se vive atualmente em Moçambique. Um dos grandes desafios enfrentados pelo país consistiria, segundo Macamo (2014), na resolução do conflito existente entre – por um lado – uma cultura política autoritária, herdada do período colonial, e – por outro – o respeito pela cidadania consubstanciada na proteção da dignidade humana e da expansão das

liberdades individuais. Esse fato mina a própria democracia em construção ou consolidação em Moçambique, na medida em que não está sendo acompanhada pela “transformação das mentalidades e vontades dos atores políticos a favor da resolução pacífica dos conflitos dentro dos instrumentos constitucionais”. (MACAMO, 2014, p. 43).

Nesse contexto, para Macamo (2014), a tensão político-militar que se vive atualmente em Moçambique não é exclusivamente uma disputa entre dois partidos políticos: é, também, um choque entre o Estado de Direito e uma cultura política autoritária profundamente hostil à cidadania. Hostilidade essa que se manifesta pela subordinação da cidadania às vontades particularistas do partido no poder e do Estado, bem como por uma lógica pela qual o partido e o Estado atuam como “intérpretes das vontades do povo”. Essa perspectiva se baseia, segundo o autor, na “ideia gêmea de que alguém tem competência para definir os limites da liberdade individual, ao mesmo tempo em que pode também definir os horizontes do poder legítimo do Estado sobre os seus cidadãos” (*Idem*, p. 48).

Tal como afirma Elísio Macamo (2014), apesar de o partido no poder ter aceitado o fim da guerra com a *Renamo* – com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma e todas suas implicações em relação a introdução de uma democracia de relação e organização social e política lógica –, nunca abandonou a sua concepção de liberdade (herdada da era socialista), que é em si hostil à ideia moderna de cidadania como limite do poder legítimo do Estado na vida dos indivíduos. Por sua vez, a *Renamo* não é diferente do partido no poder nesse quesito, pois também insiste na sua luta anticomunista e pela democracia como elemento que legitima o seu direito de falar em nome do povo. “Isso explica porque a *Renamo* não considera, aparentemente, útil e oportuno reunir consensos sociais para formular as suas exigências à Frelimo. Ela não precisa disto porque fala em nome do povo” (*Idem*, p. 48).

Isso evidencia, para o autor, uma transição democrática inacabada feita por atores políticos – *Frelimo* e a *Renamo* – que se sentem na legitimidade histórica de governar, mandar e falar em nome do povo: um em razão do seu papel na independência nacional; outro, do anticomunismo e de se considerar “o pai da democracia”. É por essa razão que, de acordo com Elísio Macamo, a crise político-militar vivida em Moçambique, a partir de 2013, é também uma crise de cidadania e ela começa, acima de tudo, na “prerrogativa que alguns reclamaram para si próprios de serem os intérpretes da vontade do povo” (MACAMO, 2014, p. 54).

Existe uma unanimidade entre os três cientistas sociais acima abordados – e comungamos dessa linha de reflexão – pela qual a crise político-militar que se vive em Moçambique atualmente (20 anos depois do fim da guerra civil) é resultado de uma “transição política inacabada” e da incapacidade que o Acordo Geral de Paz teve na construção social de uma sociedade moçambicana mais democrática, de pluralismo político e de inclusão social – ou seja: uma sociedade onde reina uma lógica democrática de relação e organização social, de tolerância perante o outro e onde prevalece a pacífica resolução dos conflitos dentro dos instrumentos constitucionais.

O mais interessante nas abordagens dos três autores é a leitura diacrônica que eles nos propõem – resgatando aspetos históricos da transição política imprescindíveis para pensar a atual crise política em Moçambique. Ou seja: podemos subentender deles que é preciso se afastar do que chamaríamos de uma abordagem “situacional” da realidade atual – que, em si, seria tanto quanto superficial – e explorar “continuidades” não só pelo fato de a atual tensão político-militar ter sido incitada pela *Renamo* (um dos protagonistas da guerra civil terminada com o AGP), mas porque a tensão política sempre foi notória discursivamente – antes mesmo dos eventos de violência armada de 2013 – pelos discursos inflamados pós-eleições de ameaça ao retorno à guerra pela mesma *Renamo*, que se tornaram familiares aos ouvidos dos moçambicanos.

Talvez Moçambique seja estruturalmente um país de guerra – tal como nos propõe o cientista político moçambicano Régio Conrado (2015) – e, sendo tal, viver uma cultura de paz (baseada no diálogo, solicitude, alteridade e uma lógica democrática de relação e organização social fundada numa abertura para o outro) seja, talvez, na nossa realidade sociocultural, uma utopia. Mas se a utopia serve, segundo Eduardo Galeano, para que continuemos a caminhar, o essencial é que não desistamos dessa caminhada.

Instabilidade político-militar e a vida cotidiana: um olhar a partir de uma sociologia do cotidiano

Os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann, no livro “a construção social da realidade: tratado para uma sociologia do conhecimento” (2012), destacam a realidade da vida cotidiana⁵ como um dos objetos da pesquisa sociológica. Conforme o sociólogo José de Souza Martins, no artigo *O senso comum e a vida cotidiana* (1998), o interesse pela sociologia na vida cotidiana se fundamenta no “refluxo das esperanças da humanidade num mundo novo de justiça, de liberdade e de igualdade” em função de “ceticismo decorrente das desilusões que têm acompanhado a notável capacidade de autorregeneração da sociedade capitalista”. Ou seja, a vida cotidiana se tornou um “refúgio para o desencanto de um futuro improvável e de uma história bloqueada pelo capital e pelo poder” (MARTINS, 1998, p.1).

Na dimensão do cotidiano, as pessoas transitam sobre diversos contextos, manifestam-se e agem sobre diversas facetas (GOFFMAN, 2013). É no cotidiano ou no ordinário que se manifestam, por exemplo, as táticas de resistência contra as estratégias de dominação das classes dominantes (CERTEAU, 1998), próprias de uma sociedade capitalista. Usando exemplo da

⁵Os autores se referem a vida cotidiana como um tecido de significados inerentes a existência da própria sociedade. O mundo da vida cotidiana se origina, segundo os autores no pensamento dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. Dentre as várias realidades que compõem o social a realidade da vida cotidiana é a realidade por excelência. É em si um mundo intersubjetivo, estruturado espacial e temporalmente e que os indivíduos participam nela através da linguagem (BERGER; LUCKMANN, 2012).

mídia, Certeau (1998) destaca, por exemplo, que a televisão pode até controlar o que emitir, mas ela não tem o controle do uso cotidiano que as pessoas fazem das informações que eles emitem.

O sociólogo moçambicano Elísio Macamo considera, no seu artigo “A constituição de uma sociologia das sociedades africanas” (2002), a sociologia do cotidiano como uma das quatro áreas condicionantes a uma sociologia das sociedades africanas, na medida em que, o social em África se constitui, na visão do autor, discursivamente (as outras três são a transformação social, a sociologia do conhecimento e a sociologia rural)

Os estudos do cotidiano são fundados na tradição da sociologia hermenêutica weberiana, que se fundamenta, segundo Elísio Macamo, na concepção de que os “atores sociais é que constituem o social e que os constrangimentos estruturais se explicam a partir das intenções e significados da ação individual” (MACAMO, 2002, p. 22). É nessa perspectiva que se enquadra a ideia weberiana de ação social e da sociologia como uma ciência que busca compreender o sentido da ação social (COHN, 2003). A ideia da “compreensão” que norteia a sociologia weberiana evidencia a influência que o pensamento desse autor sofre da hermenêutica como método das ciências humanas de Wilhelm Dilthey (2000)⁶, embora o sociólogo Gabriel Cohn evidencie a existência de um distanciamento entre o sentido da compreensão para os dois – se para Dilthey trata-se sempre da compreensão de significados de formas de expressão simbólica; para Weber, trata-se de compreender o sentido da ação social para o agente. Ambos têm em comum o afastamento da concepção positivista da ciência moderna e, no caso de Max Weber (2006), o afastamento de uma sociologia que dá primazia à estrutura e que considera o

⁶Para mais informações sobre a compreensão como método das ciências humanas. Ver as abordagens de Dilthey sobre hermenêutica como método das *Geisteswissenschaften* (ciências de espírito) em: Palmer (1969); Ricoeur (1988), Scocuglia, (2002). Para algumas abordagens críticas a pretensão da objetividade de conhecimento das ciências humanas em Dilthey, ver: Gadamer (1999); Gadamer e Fruchon (2003), Scocuglia, (2002). Para a aprofundar as discussões sobre a relação entre a hermenêutica de Dilthey e a hermenêutica de Max Weber ver: Cohn (2003).

“social como determinado por mecanismos institucionais e normativos que operam fora do quadro individual como constrangimentos às opções dos atores sociais” (MACAMO, 2002, p. 22).

A sociologia weberiana recebe, na arena acadêmica, diversas denominações – sociologia interpretativa (MACAMO, 2002) e sociologia de ação (BOUDON, 1996) são algumas delas –, porém, com foco comum na primazia dos sujeitos, os estudos do cotidiano buscam compreender as ações, o comportamento, as atitudes e as convicções individuais. Os estudos de cotidiano, que compõem o que chamaríamos de uma sociologia do cotidiano, interessam-se pelas “pequenas coisas da vida cotidiana” (EUSÉBIO; MENDONÇA, 2015); pelo “aqui e agora”, embora não se esgote nisso (BERGER; LUCKMANN, 2012); pelo “aqui e hoje”; pelo “viver intensamente o minuto desprovido de sentido” (MARTINS, 1998, p. 1); por “pequenos pormenores do cotidiano”; pelos “encontros efêmeros pelos indivíduos (...) pela interpretação [e compreensão] individual e coletiva dos fatos sociais, enfim pelo detalhe ínfimo que completa o quebra-cabeça do social” (MACAMO, 2002, p. 22).

Portanto, a sociologia do cotidiano pressupõe a reinvenção da própria sociologia. Ela viabiliza a “redescoberta da sociologia fenomenológica⁷” ao mesmo tempo em que sugere uma “crítica nova e renovada à sociologia positivista” (MARTINS, 1998, p. 2). Podemos dizer que a sociologia do cotidiano nos engaja numa leitura microsociológica da realidade social. Isso implica redirecionar nosso olhar, por exemplo, para os sujeitos “comuns”, o cotidiano dos cidadãos. E, voltando ao nosso objeto central de análise no presente trabalho, isso implica se afastar de um olhar macro, que enxerga somente o “afugentamento de investimentos externos” como principal efeito social e econômico do conflito político-militar em Moçambique. Uma visão

⁷Uma das principais referências da sociologia fenomenológica é o sociólogo Alfred Schutz. No seu empreendimento sociológico Schutz buscou confrontar, com base numa análise crítica, a sociologia de ação e da compreensão de Max Weber e a filosofia fenomenológica de Edmund Husserl para formular o que se chama de uma sociologia baseada em considerações fenomenológicas (WAGNER, 1979). Ver: SCHUTZ (1979).

que se encontra entrelaçada na lógica desenvolvimentista que vem sendo adotada em Moçambique nos últimos anos, que tem os grandes projetos de mineração e hidrocarbonetos como os principais setores dinamizadores. Visão esta que ignora (propositadamente ou não) os efeitos sociais e econômicos que o conflito tem no cotidiano dos cidadãos comuns, das populações locais, tendo em conta que a área rural e os ataques às pessoas e aos bens, bem como a destruição das vias públicas, tem sido o *locus* e o *modus operandi* respetivamente da guerrilha da Renamo. Reiteramos – parafraseando mais uma vez Ergimino Pedro Mucale (2013) – que seria mais leve uma mó sobre as nossas cabeças do que o peso de consciência que ignorar tal fato e invisibilizar tal realidade nos criaria.

A violência armada que se vive atualmente em Moçambique, além de danos humanos, provoca no cotidiano dos moçambicanos incerteza e medo, que se fundamentam, por exemplo, na imprevisibilidade do futuro: “(...) O que vai ser de nós? (...) Até onde vamos com isso? (...)”. Nas zonas urbanas, longe do conflito direto entre as partes beligerantes, a incerteza e medo fazem nascer e florescerem, por exemplo, discursos e manifestações populares⁸ (mais discursos do que manifestações populares⁹) que exortam a paz, o diálogo e o fim das hostilidades entre as partes.

Nas zonas rurais, onde o conflito direto se manifesta, a incerteza e o medo têm como uma das consequências diretas os deslocamentos compulsórios das populações locais. É nesses deslocamentos que vamos dedicar a nossa maior atenção no presente trabalho. De realçar que as zonas rurais e vilas distritais da região central de Moçambique constituem os principais campos

⁸As principais manifestações populares foram realizadas em outubro de 2013. Intitulada “Marcha pela Paz e Raptos” – este último também um fenómeno contumaz nos últimos anos em Moçambique - foram organizadas pela Liga dos Direitos Humanos e outras entidades da sociedade civil e confissões religiosas. Seguiram-se outras manifestações de pequena expressão, isso se comparado com a primeira, nos anos seguintes, como por exemplo a organizada pela União Nacional dos Estudantes de Moçambique em setembro de 2015.

⁹A supremacia dos discursos em relação as ações de mobilização e manifestações populares em defesa da paz, dialogo e cessação das hostilidades, diminui de certa forma a “pressão popular” que é necessária às partes beligerantes para o envolvimento num diálogo construtivo na busca da paz e estabilidade política.

das ações militares e, conseqüentemente, onde se registam – tal como evidenciaremos no próximo ponto – o maior número de deslocamentos compulsórios. Isso se justifica, de certa forma, pelo fato de os pontos de partida para o ataques militares da *Renamo* serem algumas das suas antigas bases militares, construídas no período da guerra civil pós-independência (1976-1992). Nesse período, as zonas rurais e vilas distritais rurais, na sua maioria na região central de Moçambique, foram algumas das principais áreas de influência da *Renamo*.

Em termos concretos, atualmente destacam-se especialmente as áreas rurais de alguns distritos da província de Sofala, como é o caso do distrito de Gorongosa; da província de Manica; bem como algumas zonas rurais de alguns distritos da província de Tete (como, por exemplo, a localidade de *Condedze*, no distrito de Moatize). A situação do distrito de Moatize é peculiar, pois é neste onde se localizam alguns dos grandes projetos de exploração mineral do país, nomeadamente o projeto Moatize e o projeto Benga – ambos de exploração de carvão mineral¹⁰ –, coexistindo, desse modo, duas formas de deslocamento compulsório nessa região: os provocados pela tensão político-militar e os provocados pelos grandes projetos de desenvolvimento e progresso nacional. Esse fato não só torna esse distrito uma área interessante de estudo, como também um campo potencialmente atraente para uma análise comparativa entre essas duas formas de deslocamentos compulsórios, no que concerne aos seus efeitos sociais e econômicos na vida cotidiana das comunidades deslocadas.

Instabilidade político-militar e o deslocamento compulsório das populações locais

Em trabalho anterior, definimos os deslocamentos compulsórios como o processo onde “determinados grupos sociais são obrigados (por forças exteriores ligadas a tensões político-militares ou guerras cíveis ou ao

¹⁰Para uma caracterização e mais informações sobre esses projetos ver: EUSÉBIO (2016); Gallo (2016); Chizenga, (2016).

“desenvolvimento”) a deixar ou a se transferir de suas casas e/ou de suas terras” (MAGALHÃES, 2007, p.14). Essa definição nos parece interessante pela sua generalidade, pois nos permite integrar diversos contextos de ação e nos afastar das diferenciações presentes na arena acadêmica e política em função das diversas causas que originam as ações de deslocamento¹¹. Na arena acadêmica e política, esse processo recebe, quanto aos deslocados provocados pelas guerras cíveis ou tensões político-militares, uma pluralidade de denominações – pode-se dizer que existe uma guerra de categorias – “deslocados internos ou *internally displaced persons*” (ROYER, 2004; NIZURUGERO, 2004). “Refugiados” (GUICHAOUA, 2004; NIMUBONA, 2004; BANZENGISSA, 2004) é umas delas. Atravessar ou não uma fronteira nacional constitui a diferença fundamental entre *deslocados internos* e *refugiados*, embora essas sejam duas categorias que apresentam características comuns como, por exemplo, a experiência de violência, a partida forçada, a perda e o recomeço (VIVET, 2015, p. 13). No presente trabalho, a categoria “refugiado” deve ser entendida no seu sentido analítico, pois juridicamente – e é esse sentido que é determinante no campo político – envolve uma pluralidade de pressupostos que vão além do “simples refúgio” no outro país devido à violência armada no seu país de origem. O governo de Moçambique, por exemplo, registou inicialmente uma relutância – o que pode ser legítimo se olharmos na perspectiva jurídica e essa é que é determinante no campo político – no âmbito do atual conflito militar em reconhecer as populações moçambicanas compulsoriamente deslocadas pela violência armada na região central de Moçambique e que se encontram no Centro de Acolhimento da Vila

¹¹Essa diferenciação de categorias em função das diferentes causas de análise é visível, por exemplo, ao nível do Banco Mundial que categoriza de reassentamentos involuntários (*involuntary resettlement*) à mobilidade das populações forçadas pelos grandes projetos de “desenvolvimento” que, importa frisar, na maioria desses grandes projetos, é um dos maiores financiadores, ignorando ou invisibilizando desse modo a “compulsoriedade” e o caráter coercivo do próprio processo e de deslocamentos forçados (*forced displacement*) para designar a mobilidade das populações forçadas pela violência armada ou guerras cíveis. O risco de reproduzirmos essa postura na academia é de cairmos ingenuamente na ideologia camuflada dos atores interessados – tendo em conta que essas categorias refletem um conteúdo político e ideológico de cada ator (AUTOR02, 2007) – e ignorar pontos de semelhanças, simetrias e proximidades que dariam uma reflexão inovadora à problemática dos deslocamentos compulsórios como um todo.

de Kapise, no Malawi, sob gestão do governo da República de Malawi e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), como “refugiados”, tendo em conta que a maioria dessas famílias ainda não tinha requerido e não possuía o estatuto de refugiados.

Os deslocamentos compulsórios provocados por tensões político-militares são um fenômeno contumaz no contexto africano – esse imenso continente com cerca de um bilhão de habitantes distribuídos por 55 países de centenas de línguas, povos e culturas, (MUNANGA, 2016) – tornando-se um dos principais problemas da África nos seus últimos 50 anos de independência e, sendo tal, um campo de vários estudos e reflexões (LASSAILLY-JACOB, 2001; AGIER, 2003; 2006; GUICHAOUA, 2004; RAIMUNDO, 2010; FREITAS, 2011; VIVET, 2015, só para citar alguns trabalhos). Desde a década de 1960 (que marca início dos processos de independência colonial), vários países africanos vivem experiências de guerras constantes, que não pouparam nenhuma região do norte ao sul, de leste a oeste – desde as guerras na Argélia, na Somália, na Libéria, em Serra Leoa, na Costa do Marfim, na Nigéria, no Congo, em Ruanda e nas guerras pós-independência de Angola e de Moçambique, só para citar alguns exemplos – que mataram milhões de africanos, provocaram milhões de deslocados e minaram (e ainda minam) a cultura de paz, a construção de nações democráticas e o desenvolvimento socioeconômico (MUNANGA, 2016).

Essas guerras foram e são provocadas, segundo o antropólogo Kabengele Munanga (2016), de certa forma, por fatores externos inerentes ao próprio processo de colonização e por fatores internos inerentes aos modelos políticos adotados por muitos dirigentes africanos desde a independência, que são incompatíveis com o respeito e a representação da diversidade social, cultural e política própria dos vários países africanos. Países que são heranças coloniais resultantes de um processo histórico de invasões e ocupações caracterizadas, por um lado, pela “unificação num único território de povos antigamente independentes e culturalmente diferentes” e, por outro, pela

“separação em territórios diferentes de um mesmo povo antigamente unido num mesmo território” (*Idem*, p. 16).

Ainda de acordo com Munanga (2016, p. 5-6), “apenas em 1996, catorze dos cinquenta e cinco países africanos sofreram conflitos armados, o que provocou mais de oito milhões de refugiados e um imenso deslocamento (interno) de pessoas, além das inumeráveis mortes”. Antes, somente o genocídio em Ruanda (1994) provocou mais de dois milhões de refugiados – que se espalharam em países como a atual República Democrática do Congo, Tanzânia e o Burundi (FREITAS, 2011). No caso de Moçambique, a luta de independência nacional (1964-1974) e a guerra civil pós-independência (1976-1992) provocaram milhões de mortes, refugiados e deslocados internos¹². Somente durante a guerra civil pós-independência, cerca de 1,7 milhão de moçambicanos fugiram para outros países vizinhos (RAIMUNDO, 2010). Guerra esta que provocou também aproximadamente 3,5 milhões de deslocados internos (VIVET, 2015).

Os deslocamentos compulsórios provocados pela guerra civil em Moçambique continuam sendo um campo fértil de estudo. Destacamos, por exemplo, o recente trabalho da Jeanne Vivet, acima citado, sobre os deslocados de guerra em Maputo (VIVET, 2015)¹³, que, explorando as suas trajetórias de vida, analisa a construção do que a autora denomina de *cidadinidades* – inserção urbana: o modos de estar na cidade, o sentimento de pertença à cidade e o reconhecimento dessa pertença – dessas populações que se deslocaram a Maputo, capital do país, região sul de Moçambique, no fim dos anos 1980 devido à Guerra Civil. Alguns desses deslocados, vários anos após terem encontrado refúgio em “espaços pouco propícios para assentamentos humanos

¹²Importa frisar que alguns deslocamentos forçados e reassentamentos durante a guerra de independência colonial se enquadrava em uma estratégia do governo português para fragilizar o apoio a Frelimo. Uma situação semelhante foi constatada por Bourdieu e Sayad (2005) sobre a guerra na Argélia.

¹³Para algumas reflexões sobre as guerras de Moçambique ver por exemplo: Geffray (1990). O artigo do historiador João Paulo Borges Coelho sobre os desmobilizados da guerra civil pós-independência em Maputo (COELHO, 2002), nos introduz também nesse amplo debate sobre efeitos das guerras em Moçambique.

sofrem uma nova mobilidade forçada que testemunha as transições econômicas e políticas plurais que Moçambique e a capital [Maputo] vem conhecendo” (*Idem*, p. 7).

No que concerne a atual tensão político-militar em Moçambique, dados do ACNUR indicam em termos numéricos – quanto aos “deslocados externos” – que, devido ao alastramento do campo das ações militares para a província da Tete, até janeiro de 2016, tinham dado entrada na Vila de Kapise, distrito de Mwanza, na República de Malawi, 1.297 pessoas, das quais dois terços eram mulheres e crianças (UNHCR, 2016a). Esse número subiu para 6.000 pessoas no mês de fevereiro do mesmo ano (UNHCR, 2016b). A maior parte se encontra alojada no Centro de Acolhimento de Kapise. Esse centro surgiu de forma emergencial em resposta ao aumento do fluxo de deslocados (o que foi provocado pela tensão político-militar em Moçambique) que davam entrada na Vila de Kapise, República de Malawi, provenientes, na sua maioria, da província de Tete.

No mês de abril de 2016, dados avançados pelo ACNUR indicavam que se encontram refugiados no Malawi aproximadamente dez mil moçambicanos – a maioria no Centro de Acolhimento de Kapise – (UNHCR, 2016c) devido à intensificação das hostilidades militares na província de Tete: um aumento de aproximadamente 60% se comparado com o mês de fevereiro de 2016. O aumento do número de refugiados no Malawi obrigou, de acordo com a ACNUR, uma reabertura para a transferência das populações moçambicanas deslocadas pela tensão político-militar – do Campo de Refugiados de Luwani, também localizado na República de Malawi. Campo este que outrora acolhera milhares de refugiados moçambicanos durante a Guerra Civil terminada em 1992 – e que se encontrava encerrado desde 2007. A República do Malawi está entre os países da Região Austral que receberam o maior contingente de refugiados moçambicanos durante o período da Guerra Civil pós-independência (RAIMUNDO, 2010). Ou seja: o atual fluxo de refugiados

moçambicanos para a República do Malawi representa uma história que se repete.

No que concerne aos deslocados internos, somente no distrito de Gorongosa (província de Sofala, região central de Moçambique – um dos principais epicentros das ações de conflitos armado), o medo e a incerteza provocaram o deslocamento compulsório de aproximadamente sete mil pessoas até o ano de 2014 (DEUTSCHE WELLE, 2014). No caso da província de Inhambane, dados do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) – delegação da província de Inhambane (órgão responsável, dentre diversas atribuições, pelo acolhimento e assistência aos deslocados internos) – indicam que a movimentação dos guerrilheiros da Renamo naquela província¹⁴ obrigou, também por medo e incerteza, ao deslocamento compulsório de 1.228 famílias somente no distrito de Homoine, província de Inhambane, região sul de Moçambique, que foram acolhidas no centro de reassentamento de Chinjinguire, no mesmo distrito¹⁵. Informações atuais avançadas pelos órgãos de informação, citando fontes do INGC, destacam a existência de aproximadamente seis mil deslocados internos espalhados em cinco centros de acomodação nos distritos de Gondola, Vanduzi, Guro, Mossurise e Báru – todos da província de Manica (CATUEIRA, 2017).

O fechamento e o secretismo institucional que caracterizam o INGC nos impedem de apresentar dados mais completos e atualizados sobre os Centros de Acolhimento existentes, número de pessoas ou famílias nos respectivos centros e outras informações relevantes sobre os deslocados internos pela atual tensão político-militar nacional¹⁶. Contudo, importa frisar que não se

¹⁴Inexistem registros sobre confronto direto entre as Forças de Defesa e Segurança e os Guerrilheiros da Renamo.

¹⁵Dados obtidos no informe do INGC de Inhambane sobre o ponto da situação de emergência, Março de 2014.

¹⁶Em 23 de fevereiro 2016 submetemos um requerimento à Direção Geral do INGC, Maputo, solicitando o acesso e informações sobre: (i) os centros de acomodação ou de reassentamento existentes ao nível nacional (ii) pessoas ou famílias deslocadas pelas calamidades naturais que se encontram nos Centros de Acomodação; (iii) pessoas ou famílias deslocadas pela tensão político militar que se encontram nos Centros de Acomodação e (iii) pessoas ou famílias que

pretende, neste trabalho, fazer uma reflexão crítica sobre a veracidade dos dados numéricos apresentados. Indubitavelmente, eles representam o número de pessoas registadas pelo INGC ou o que os órgãos de informação tiveram acesso, podendo estar subdimensionados, tendo em conta a natureza e as causas do próprio deslocamento. Existem casos em que os deslocados podem optar por se refugiar na casa de familiares que moram em fora das áreas de risco. Contudo, isso não faz destes dados irrelevantes, tendo em conta que eles elucidam o fato – no caso, o processo de deslocamento compulsório das populações locais, (a maioria) camponesas residentes nas áreas rurais das principais zonas de conflito.

Quem são essas populações deslocadas? Como tem sido a realidade da sua vida cotidiana? Quais são os efeitos sociais dos deslocamentos compulsórios na sua capacidade de produção e reprodução social e econômica? Essas são algumas das questões a serem exploradas em um futuro trabalho etnográfico a ser realizado assim que a estabilidade político-militar permitir¹⁷. Contudo, não podemos ignorar que a maioria das populações compulsoriamente deslocadas pela tensão político-militar se encontra em centros de acolhimentos criados pelo governo e geridos pelo INGC (para o

deram entrada em Moçambique devido a xenofobia na África do Sul, referentes aos anos de 2013 à atualmente; no mesmo mês o requerimento foi despachado e remetido para o Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) do INGC, para os devidos procedimentos; até o final de primeiro semestre, período em que me encontrava em Moçambique, o documento ainda aguarda neste sector do despacho do respetivo Diretor.

¹⁷Estava previsto um trabalho de campo com as populações deslocadas internamente pela tensão político-militar, concretamente na província de Sofala, região central de Moçambique, principal palco das ações militar, para primeiro semestre de 2016, contudo, o recrudescimento, desde finais de 2015, das hostilidades e violência armada entre as partes beligerantes, facto que dificulta, por exemplo, a circulação de pessoas e bens na região central de Moçambique, tornaram essa “aventura” num empreendimento de risco, que podia se confundir – talvez com um pouco de exagero da realidade – com um autêntico “suicídio”. Por essas razões esse trabalho de campo só será realizado assim que a estabilidade político-militar permitir.

caso de deslocados internos) e nos centros de acolhimento e de refugiados geridos pela ACNUR, no caso dos deslocados externos (por exemplo, os que se refugiaram na República do Malawi), fato que interfere na capacidade de reprodução social e econômica dessas populações locais, transformando a vida cotidiana *independente* (inerente à diversas alternativas locais de reprodução socioeconômica) em uma vida cotidiana *dependente* dos centros de acolhimento de refugiados ou de casa de familiares fora das áreas risco (embora esta seja somente em uma primeira leitura dos fatos e careça de reforço etnográfico para uma afirmação mais assertiva).

Com isso, queremos dizer que os efeitos sociais e econômicos da instabilidade político-militar em Moçambique não são, necessariamente, o *afugentamento dos investimentos econômicos estrangeiros e do desenvolvimento*, mas sim a perda de vidas humanas e a fragilização da vida cotidiana dos cidadãos comuns, particularmente das populações locais – na sua maioria camponesas – obrigadas a abandonar os locais de residência (e tudo o que isso implica) devido à incerteza e ao medo que a instabilidade político-militar cria.

Considerações finais

No presente trabalho, propusemos-nos a fazer uma reflexão sobre os efeitos sociais da instabilidade político-militar na vida cotidiana dos moçambicanos, ao mesmo tempo em que nos dedicamos a uma análise crítica de certos discursos dominantes na arena pública moçambicana que reduzem os efeitos socioeconômicos da instabilidade político-militar vividos atualmente em Moçambique a um afugentamento dos investimentos externos e, conseqüentemente, do desenvolvimento; invisibilizando os efeitos da tensão tem sobre os cidadãos comuns, especialmente nas localidades rurais situadas na zona de conflito. Advogamos, ao longo da nossa discussão, que a tensão político-militar atual em Moçambique, além dos danos humanos, provoca incerteza e medo no cotidiano dos indivíduos; fato que contribui, por exemplo,

para deslocamentos compulsórios de comunidades locais, sobretudo nas áreas rurais (principal palco das ações militares). Quem são essas populações compulsoriamente deslocadas? Qual tem sido a realidade da vida cotidiana dessas comunidades? Quais são os efeitos sociais no que concerne a capacidade de produção/ reprodução social/ econômica dessas comunidades? E mais: quais são os prováveis pontos de semelhanças, simetrias e proximidades entre essa forma de deslocamentos compulsórios e os deslocamentos compulsórios provocados pelos avanços dos grandes projetos de desenvolvimento (fenômeno também contumaz em Moçambique)? Essas são algumas questões a serem exploradas em um futuro trabalho etnográfico, a ser realizado assim que a estabilidade político-militar permitir. Acreditamos que uma perspectiva hermenêutica – inspirada numa sociologia do cotidiano, explorando a observação e as narrativas das próprias populações deslocadas da vida cotidiana – pode, metodologicamente, nos ajudar neste futuro empreendimento.

Bibliografia

AGIER, Michel. *Identifications dans l'exil: les réfugiés du camp de Maheba (Zambie)*, Autrepart, França, n. 26, p. 73-89, 2003.

AGIER, Michel. *Refugiados diante da nova ordem mundial*. Tempo Social, São Paulo, vol. 18, n. 2, p. 197-215, nov. 2006.

BAZENGUSSA, Rémy. *Les réfugiés dans les enjeux locaux dans le nord-est du Congo*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, p. 379-424.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (Orgs.). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia de conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOUDON, Raymond. *Ação*. In: BOUDON, R. (Org.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p.27-64.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. *A dominação colonial e o saber cultural*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 26, p. 41-60, jun. 2006.

BRITO, Luís. *Uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique*. In: BRITO, L. (Org.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014, p. 23-40.

CATUEIRA, André. *Após "festas a seco" deslocados no centro de Moçambique partem para 2017 cheios de incertezas*. Agência Lusa. 01.01.2017. Disponível em: http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/apos-festas-a-seco-deslocados-no-centro-de-mocambique-partem-para-2017-cheios-de-incertezas_21708700.html. Acesso no dia 02/01/2017.

CERTOU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIZENGA, Anselmo. *Mineração e conflito ambiental: disputas em torno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre/RS, 2016. 174f.

COELHO, João Paulo Borges. *Antigos soldados, novos cidadãos: a reintegração dos desmobilizados de Maputo*. Estudos moçambicanos, Maputo, n. 20, p. 141-236, 2002.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: Max Weber e teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CONRADO, Régio. *A banalização do problema em Moçambique*. In: Opinião. Jornal Savana. 25. 12.2015.

DEUTSCHE WELLE. *Tensão político-militar aumenta número de deslocados na Gorongosa, Moçambique*: DW.DE 12.03.2014. Disponível em:

<http://www.dw.de/tens%C3%A3o-pol%C3%ADtico-militar-aumenta-n%C3%BAmero-de-deslocados-na-gorongosa/a-17492946>. Acesso no dia 03.10.2014.

DILTHEY, Wilhelm. *Dos escritos sobre hermenéutica: el surgimiento de la hermenéutica y los esbozos para una crítica de la razón histórica*. Espanha: Istmo S.A, 2000.

EUSÉBIO, Albino José. “Cancope” a comunidade onde nutre a esperança: Transformações sociais na vida cotidiana de uma comunidade rural do distrito de Moatize, província de Tete, Moçambique. *Revista Visagem*, Belém, vol. 2, n. 2, p. 354-371, jul./dez. 2016.

EUSÉBIO, Albino José; MENDONÇA, Kátia. Individualismo, violência criminal e a construção social da vida cotidiana. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, vol. 7, n. 2, p. 265-276, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2177-6784.2015.2.21523>.

FORQUILHA, Salvador. Do discurso da ‘história de sucesso’ às dinâmicas políticas internas: O desafio da transição política em Moçambique. In: DE BRITO, L. (Org.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014, p. 61-82.

FREITAS, Raquel. *Construção e desconstrução da relação entre migrações forçadas e desafios de segurança em África*. Cadernos de Estudos Africanos, Lisboa, n. 22, p. 129-152, jul./dez. 2011.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GALLO, Fernanda. *(Des)encontros do Brasil com Moçambique – o caso da Vale em Moatize*. In: Morais, C.; Pereira, M.; Mattos, R. (Orgs.). *Encontros com Moçambique*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 235-264.

GEFFRAY, Christian. *La cause des armes au Mozambique. anthropologie d'une guerre civile*. Nairobi: Karthala, 1990.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUICHAOUA, André. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004.

GUICHAOUA, André. *Migrants, réfugiés et déplacés en Afrique centrale et orientale*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, p.105-212.

LASSAILLY-JACOB, Véronique. *Des réfugiés mozambicains sur les terres des Zambiens: le cas du site agricole d'Ukwimi, 1987-1994*. In: CAMBREZY, L; LASSAILLY-JACOB (Org).

Population réfugiées: du l'exil au retour. Paris: IRD, 2001, p. 269-299.

MACAMO, Elísio. *A Constituição de uma sociologia das sociedades Africanas*. Estudos Moçambicanos, Maputo, n. 19, p. 5-26, 2002.

MACAMO, Elísio. *Cultura política e cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa*. In: BRITO, L. (Org.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014, p. 41-60

MAGALHÃES, Sónia Barbosa. *Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Tese (Doutorado) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em cotutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém, França, 2007. 279f.

MARTINS, José de Sousa. *O sensu comum e a vida cotidiana*. Tempo Social, São Paulo, vol. 10, n. 1, p. 1-8, maio 1998.

MUCALE, Ergimino. *Afrocentricidade: complexidade e liberdade*. Maputo: Paulinas, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Desenvolvimento, construção da democracia e da nacionalidade nos países africanos: desafios para o milênio. Trabalho apresentado no Simpósio Samora vive, re-significando pátria, identidade nacional e cidadania*. Organizado pelo Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 01 – 02 de Setembro de 2016. Disponível em: http://www.movimentopatria.ac.mz/images/comunicacoes/1-kabengele_munanga-simpósio_samora_vive-1set16.pdf. Acesso no dia 22/01/2017.

NIMUBONA, Julien. *Mémoires de réfugiés et de déplacés du Burundi: lecture critique de la politique publique de réhabilitation*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, p. 213-246.

NIZURUGERO, Jean. *Intégration des rapatriés et déplacés rwandais dans le district de Butare-ville*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, pp. 695-728

PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1969.

RAIMUNDO, Inês Macamo. *Immigration and refugee policy in Mozambique: the experience of refugees from Maratane Refugee Camp*. Trabalho apresentado no Workshop discussion on refugee status determination and rights in sub-Saharan África. Kampala, Uganda, 16 – 17 de Novembro de 2010.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

ROYER, Arnaud. *Lês déplacements internes au Burundi: la gestion de l'incertitude*. In: GUICHAOUA, A. (Org.) *Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique centrale et orientale*. Paris: Éditions Karthala, 2004, p. 269-378.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOCUGLIA, Juvanka. *Hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas*. Sociedade e Estado, Brasília, vol. 17, n. 2, p. 249-281, jul./dez. 2002.

UNHCR. *UNHCR begins relocating Mozambican asylum-seekers in Malawi*. 2016c. Disponível em: <http://www.unhcr.org/news/latest/2016/4/5710d5746/unhcr-begins-relocating-mozambican-asylum-seekers-malawi.html>. Acesso no dia 24.05.2016.

UNHCR. *UNHCR.Clashes drive Mozambicans to seek safety in Malawi*. 2016a. Disponível em: <http://www.unhcr.org/news/latest/2016/1/5698ea5c6/clashes-drive-mozambicans-see-safety-malawi.html>. Acesso no dia 24.05.2016.

UNHCR. *UNHCR stresses asylum right of Mozambicans crossing into to Malawi*. 2016b. Disponível em: <http://www.unhcr.ie/news/irish-story/unhcr-stresses-right-to-asylum-of-mozambicans-crossing-into-malawi>. Acesso no dia 24.05.2016.

VIVET, Jeanne. *Os deslocados de guerra em Maputo: percursos migratórios, "cidadinização" e transformações urbanas da capital moçambicana (1976-2010)*. Maputo: Alcance Editores, 2015.

WAGNER, Helmut. Introdução: Obras de Alfred Schutz; pontos de partida; O quadro da sociologia fenomenológica de Schutz. In: SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

Palavras-chave:

Moçambique,
instabilidade
político-militar,
deslocamentos
compulsórios,
vida cotidiana

Resumo: Duas décadas depois do fim da Guerra Civil pós-independência, em 1992, Moçambique vive uma “tensão político-militar” envolvendo a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) e Forças de Defesa e Segurança (FDS). O objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão sobre alguns efeitos sociais dessa tensão na vida cotidiana dos moçambicanos, lançando alguns questionamentos para uma futura pesquisa etnográfica. Ao longo do trabalho, fazemos também um exame crítico de certos discursos dominantes na “arena pública” moçambicana que reduzem os efeitos socioeconômicos da atual tensão político-militar a um afugentamento dos investimentos estrangeiros e, conseqüentemente, inviabilização do “desenvolvimento” do país. Esses discursos invisibilizam os cotidianos efeitos socioeconômicos do atual conflito para os cidadãos comuns, especialmente aqueles que vivem nas áreas rurais, principais zonas de conflito.

Keywords

Mozambique,
political and
military
instability,
compulsory
displacements,
daily life.

ABSTRACT: Two decades after the end of the post-independence civil war in 1992, Mozambique experiences an instability caused by the political-military tension between the Defense and Security Forces (FDS) and the National Resistance of Mozambique (RENAMO). Thus, the country is plunged into a real war scenario, with the central region as the main center for military action. The present work aims to analyze some social effects of this military political tension in the daily life of the Mozambican people and highlight some issues for future ethnographic researches. At the same time, we criticize certain dominant discourses in the Mozambican "public arena" that, deliberately or not, reduce the social and economic effects of political-military tension to "scaring away of foreign investment" and, consequently, unfeasible development of the country. These discourses ignore, purposely or not, the socioeconomic effects of conflicts for "common citizens", especially those living in rural areas.

Recebido para publicação em janeiro/2017

Aceito para publicação em abril/2017